

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS
PESSOAS SINGULARES

Reposição de remunerações
indevidamente pagas a funcionários ou
agentes da Administração Pública

Direcção de Serviços do IRS

CIRCULAR N.º 3/08

Código do IRS

Artigos 60º e 119º

Considerando que o mecanismo da reposição de remunerações indevidamente pagas a funcionários ou agentes da Administração Pública se encontra previsto em duas instruções administrativas (circulares nºs 19/94, de 29 de Junho e 3/98, de 12 de Fevereiro), estando alguns dos procedimentos e referências legislativas nelas descritos já desactualizados face a alterações legais entretanto ocorridas, justifica-se a síntese numa única circular da tramitação a adoptar pelos serviços processadores dessas remunerações, pelo que determino o seguinte:

1 - Nas reposições efectuadas no ano económico em que foram pagos ou colocados à disposição os rendimentos (reposições abatidas nos pagamentos) procede-se à anulação do IRS retido e não entregue nos cofres do Estado, como se de estorno se tratasse.

Se o imposto retido já tiver dado entrada nos cofres do Estado, o imposto anulado será compensado em futuras entregas, que, todavia, não poderão ultrapassar o último período anual de retenção.

2 - As reposições efectuadas em ano económico diferente daquele a que os rendimentos respeitam (reposições não abatidas nos pagamentos) serão processadas pelo valor líquido do imposto.

Razão das Instruções

**Reposições abatidas
Nos pagamentos**

**Reposições não
Abatidas nos
Pagamentos**

<p>3 - Para efeitos de restituição do imposto entregue nos cofres do Estado e que não tenha sido compensado de acordo com o procedimento referido no ponto 1, as entidades processadoras de vencimentos devem utilizar os meios processuais estabelecidos no artigo 132º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.</p> <p>4 - As entidades processadoras de vencimentos que, à data da reposição já tenham apresentado a declaração modelo 10, devem apresentar, nos trinta dias imediatos, uma declaração de substituição respeitante ao ano ou anos a que as reposições respeitam, com as alterações dos rendimentos e retenções já declarados (alínea d) do nº 1 do artigo 119º do Código do IRS).</p> <p>5 - As entidades processadoras referidas no número anterior devem, nos quinze dias seguintes à data da reposição integral, entregar ao sujeito passivo novo documento comprovativo das importâncias devidas, do imposto retido na fonte e das deduções a que eventualmente haja lugar com referência ao ano ou anos a que as reposições respeitam (alínea b) do nº 1 do artigo 119º do Código do IRS).</p> <p>6 – O titular dos rendimentos deve, nos trinta dias imediatos à data da reposição integral da quantia paga indevidamente, apresentar uma declaração de substituição (modelo 3), relativa ao ano ou anos em que ocorreu o(s) pagamento(s) indevido(s) (nº 2 do artigo 60º do Código do IRS).</p> <p>7 – São revogadas as circulares nºs 19/94, de 29 de Junho, e 3/98, de 12 de Fevereiro</p>	<p>Reclamação da retenção na fonte não compensada</p> <p>Declaração de substituição</p> <p>Documento comprovativo a entregar ao titular dos rendimentos</p> <p>Titular dos rendimentos. Declaração de substituição</p> <p>Revogação das circulares 19/94 e 3/98</p>
---	--

Direcção-Geral dos Impostos, 6 de Fevereiro de 2008

O Director-Geral

(José António de Azevedo Pereira)

Proc. 272 /07
Inf. 1761/07